

Ventos de São
Luis Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.155	143	Fornecedores		1.872	228
Aplicações financeiras	5	-	93.995	Dividendos a pagar	14	2.520	-
Contas a receber de clientes	6	9.148	-	Empréstimos e financiamentos	8	9.563	-
Partes relacionadas - outros créditos	14	1.061	659	Contratos de mútuos	14	5.666	-
Outros créditos		2.052	1.081	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	22	69
				Obrigações fiscais		916	42
				Imposto de renda e contribuição social	16	674	-
				Obrigações trabalhistas		1	49
				Outras contas a pagar		220	221
Total do Ativo Circulante		17.416	95.878	Total do Passivo Circulante		21.454	609
Aplicações financeiras	5	8.446	-	Empréstimos e financiamentos	8	240.985	190.767
Outros créditos		88	1.487	Obrigações com arrendamentos	7	-	17
Realizável a longo prazo		8.534	1.487	Provisão de desmobilização		3.035	-
Imobilizado	7	318.888	164.548	Total do Passivo Não circulante		244.020	190.784
Intangível		5	-	Patrimônio líquido	9		
		318.893	164.548	Capital social		71.278	71.278
Total do Ativo Não Circulante		327.427	166.035	Reserva legal		531	-
				Reserva de lucros a distribuir		7.560	-
				Prejuízos acumulados		-	(758)
Total do Ativo		344.843	261.913	Total do Patrimônio líquido		79.369	70.520
				Total do Passivo		265.474	191.393
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		344.843	261.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	10	30.013	-
Custos operacionais	11	<u>(9.590)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		20.423	-
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.075)	(1.493)
Outras receitas operacionais		<u>19</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais		(1.056)	(1.493)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		19.367	(1.493)
Receitas financeiras	13	359	1.511
Despesas financeiras	13	<u>(6.546)</u>	<u>(38)</u>
Resultado financeiro		(6.187)	1.473
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		13.180	(20)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	<u>(1.811)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>11.369</u>	<u>(20)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>11.369</u>	<u>(20)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>11.369</u>	<u>(20)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		33.195	(4.861)	-	-	(738)	27.596
Capital subscrito	9	38.083	(38.083)	-	-	-	-
Capital integralizado	9	-	42.944	-	-	-	42.944
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(20)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		71.278	-	-	-	(758)	70.520
Lucro do exercício		-	-	-	-	11.369	11.369
Destinação do Lucro							
Reserva legal	9	-	-	531	-	(531)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	-	(2.520)	(2.520)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	-	7.560	(7.560)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		71.278	-	531	7.560	-	79.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		11.369	(20)
Ajustes para:			
Depreciação	7	3.307	96
Amortização de despesas antecipadas		421	-
Rendimento de aplicações	5	(112)	(1.511)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	5.593	-
Juros sobre mútuos obtidos	13	114	-
Juros sobre arrendamentos	7	1	4
Juros sobre desmobilização	13	40	-
Imposto de renda e contribuição social	16	1.811	-
		22.544	(1.431)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(9.148)	-
Outros créditos		(813)	(2.530)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(449)	112
Fornecedores		1.644	191
Obrigações trabalhistas		1	-
Obrigações fiscais		264	348
Outras contas a pagar		(1)	220
		14.042	(3.090)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
Impostos pagos sobre o lucro	16	(490)	-
		13.552	(3.090)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(8.340)	(316.408)
Resgates de aplicações financeiras	5	96.195	223.606
Aquisição de imobilizado	7	(138.418)	(132.933)
		(50.563)	(225.735)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado		-	42.944
Captação de mútuos com partes relacionadas - principal	14	4.400	-
Captações de mútuos com acionistas não controladores	14	1.100	-
Captações de empréstimos e financiamentos	8	39.000	190.550
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.410)	(4.564)
Arrendamentos pagos	7	(67)	(69)
		42.023	228.861
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		5.012	36
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	143	107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5.155	143
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		5.012	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do empreendimento denominado EOL Ventos de Santa Léia 12; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Ventos de Santa Léia 12; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 64,9 MW de capacidade instalada e de acordo com o despacho nº 3.502 de 19 de setembro de 2023, a última unidade geradora do empreendimento entrou em operação comercial a partir do dia 20 de setembro de 2023, quando a totalidade da energia produzida passou a estar disponível ao sistema. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 4.038, parte significativa desse valor é referente a empréstimos e contratos de mútuos de curto prazo, que serão amortizadas no ano de 2024. O pagamento da dívida, e a consequente continuidade operacional do negócio, serão garantidos por meio de aportes de capital dos acionistas da Companhia.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Contribuindo com o processo de transição energética das empresas, a CDV Holding S.A., controladora da Companhia, possui um produto de autoprodução de energia e, portanto, oferece uma participação societária de seus projetos para parceiros que desejam se tornar autoprodutores. Diante disso, em 27 de abril de 2023 a Palmyra do Brasil Indústria e Comércio de Silício Metálico e Recursos Naturais Ltda. exerceu seu direito de exercício de opção de compra de 21.364.369 ações do acionista CDV Holding S.A., passando a deter 3,00% do capital social da Companhia.

1.2 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

No dia 7 de outubro de 2023, a Companhia identificou o desligamento intempestivo de um dos dois transformadores de potência do empreendimento, o qual está desde então inoperante. Portanto, até a operação plena do transformador, a produção de energia sofrerá redução.

O equipamento encontra-se em garantia e todo o custo relacionado ao conserto, serviço e transporte será de responsabilidade do fornecedor do equipamento. A Companhia possui uma apólice de Risco Operacional com cobertura de lucro cessante. Desta forma, a Companhia comunicou a seguradora sobre o evento, que cobrirá a totalidade do lucro cessante resultante do material danificado. A apólice cobre as despesas adicionais com a compra de energia, sendo que existe uma franquia de 60 dias de lucro cessante.

A estimativa da Companhia é que o transformador volte a operar plenamente em junho de 2024.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 2.7 – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme diretrizes do manual de controle patrimonial do setor elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”); e
- Nota 2.7 – provisão para desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar, contratos de mútuos, obrigações com arrendamentos e dividendos a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses

recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26): as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 8, a Companhia tem um empréstimo bancário que está sujeito a *covenants* específicos, o qual é constantemente monitorado pela Administração, efetivando assim o seu fiel cumprimento durante a vigência do contrato.
- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração do Grupo Casa dos Ventos (“Grupo CDV”) estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na Casa dos Ventos Comercializadora S.A (“Comercializadora”). Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos do Grupo CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos (“FIs”) da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 8, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo		Cenário 25%	Cenário 50%
	31/12/2023	Risco		
Aplicações financeiras	924	Baixa do CDI	746	607
Efeito no resultado	520		342	203
Aplicações financeiras – fundo de investimento	4.171	Baixa do CDI	3.546	3.037
Efeito no resultado	1.911		1.286	777
Aplicações financeiras (vinculadas)	8.446	Baixa do CDI	7.566	6.851
Efeito no resultado	112		768	1.483
Empréstimos e financiamentos	(250.548)	Alta do IPCA	(257.145)	(263.742)
Efeito no resultado	(24.075)		(30.672)	(37.269)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	60	143
Aplicações financeiras (a)	924	-
Aplicações financeiras - fundo de investimentos (b)	4.171	-
Total	5.155	143

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha suas aplicações financeiras preferencialmente em fundos contratados para esse fim. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias a Companhia contratou instrumento de renda fixa de curto prazo, com baixo risco de crédito, e remuneração com taxas entre 80% e 107% do CDI.
- (b) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,32% a.a. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final.

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (a)	-	37.774
Aplicações financeiras – fundo de investimento (b)	-	56.221
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva Serviço da Dívida (BNDES) (c)	6.425	-
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva O&M (c)	2.021	-
Total	8.446	93.995
Ativo circulante	-	93.995
Ativo não circulante	8.446	-

- (a) Durante o período de construção do empreendimento, os recursos aplicados da Companhia são destinados exclusivamente para investimentos em obra. Tais aplicações são alocadas em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito, remuneração entre 80% e 100% do CDI e possuem vencimento inferior a 30 dias.

- (b) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2022 foi de 5,02% desde a constituição do fundo de investimentos no dia 16 de agosto do mesmo ano. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final.
- (c) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento com o BNDES em 30 de novembro de 2021. Conforme previsto no instrumento de crédito, a Companhia deve retratar nestas demonstrações financeiras o recurso existente nas contas de reservas de Serviço da Dívida e de O&M. Ademais, tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	93.995	-
Rendimento de aplicações	112	1.511
Capitalização de rendimento de aplicações	2.200	-
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(6)	(318)
Aplicações financeiras	8.340	316.408
Resgates de aplicações financeiras	<u>(96.195)</u>	<u>(223.606)</u>
Saldos finais	<u>8.446</u>	<u>93.995</u>

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	3.745
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	<u>5.403</u>
Total	<u>9.148</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não identifica-se perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Torres anemométricas	10,00%	140	(23)	117	131
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	288.824	(2.959)	285.865	-
Edificações	3,33% a 4%	30.201	(268)	29.933	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	132	(132)	-	46
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	106.855
Imobilizados em andamento	-	-	-	-	57.516
Provisão para desmobilização	2,86%	2.994	(21)	2.973	-
Total		322.291	(3.403)	318.888	164.548

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (a)	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	131	-	-	(14)	117
Máquinas e equipamentos	-	-	288.824	(2.959)	285.865
Edificações	-	-	30.201	(268)	29.933
Ativo de direito de uso de bens arrendados	46	-	-	(46)	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	106.855	129.418	(236.273)	-	-
Imobilizados em andamento	57.516	9.000	(66.516)	-	-
Provisão para desmobilização	-	2.993	-	(20)	2.973
Custos de empréstimos	-	16.236	(16.236)	-	-
Total	164.548	157.647	-	(3.307)	318.888

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Descrição	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Torres anemométricas	-	218	-	(76)	(12)	131
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	26.097	83.857	(2.428)	(671)	-	106.855
Imobilizado em andamento	1.448	53.640	2.428	-	-	57.516
Ativo de direito de uso de bens arrendados	3	127	-	-	(84)	46
Total	27.548	137.842	-	(746)	(96)	164.548

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valor em adição que representa R\$ 19.229 (R\$ 4.909 em 31 de dezembro de 2022) que não teve efeito caixa, referente a provisão para desmobilização de ativos, reconhecimento de contratos de direito de uso e custos de empréstimos.

c. Arrendamento mercantil

Ativo de direito de uso

Descrição	Terrenos	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos inicial	46	3
Adições	-	127
Amortização	(46)	(84)
Saldo final	-	46

Obrigações com arrendamentos

Descrição	Terrenos	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos inicial	66	4
Adições	-	127
Juros incorridos	1	4
Pagamento	(67)	(69)
Saldo final	-	66
Circulante	-	49
Não circulante	-	17

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no valor de R\$ 242.032 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA, (ii) pela taxa de juros prefixada de 3,83% ao ano e (iii) pelo spread do BNDES de 2,24% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 262 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de março de 2024 e a prestação final vincenda em 15 de dezembro de 2045. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(c), previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Financiamento	258.407	195.331
Custo de captação – empréstimos e financiamentos		<u>(7.859)</u>	<u>(4.564)</u>
Total		<u>250.548</u>	<u>190.767</u>

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	190.767	-
Captações de empréstimos e financiamentos	39.000	190.549
Juros sobre empréstimos e financiamentos	5.593	-
Capitalização de imobilizado	18.482	4.782
Transferência do custo de captação – empréstimos e financiamentos	(884)	-
Custo de captação incorrido no exercício – empréstimos e financiamentos	(2.410)	(4.564)
Saldos finais	<u>250.548</u>	<u>190.767</u>
Circulante	9.563	-
Não circulante	240.985	190.767

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
2024	-	-	8.757	4%
2025	13.436	5%	9.337	5%
2026	13.436	5%	9.337	5%
2027	13.436	5%	9.337	5%
2028	12.119	5%	9.337	5%
2029	12.119	5%	9.337	5%
2030	12.119	5%	9.337	5%
2031	12.119	5%	9.337	5%
2032	12.119	5%	9.337	5%
2033	11.357	5%	8.606	4%
2034	11.357	5%	8.606	4%
2035	11.357	5%	8.606	4%
2036	11.357	5%	8.606	4%
2037	11.357	5%	8.606	4%
2038	11.357	5%	8.606	4%
2039	11.357	5%	8.606	4%
2040	11.357	5%	8.606	4%
2041	11.357	5%	8.606	4%
2042	11.357	5%	8.606	4%
2043	11.357	5%	8.606	4%
2044	11.357	5%	8.606	4%
2045	11.357	5%	8.606	4%
Total parcelas – longo prazo	248.544	100%	195.331	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(7.559)		(4.564)	
Saldo total – longo prazo	240.985		190.767	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 71.278 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 71.278 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 72.278.000 ações nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV Holding S.A.	77,00%	54.886	42.275.631	80,00%	57.022	63.640.000
Ares Eyner Participações S.A.	20,00%	14.256	7.638.000	20,00%	14.256	7.638.000
Palmyra do Brasil Ind. E Com. De Silício e Rec. Nat. Ltda. (nota 1.1)	3,00%	2.136	21.364.369	-	-	-
Total	100,0%	71.278	71.278.000	100,0%	71.278	71.278.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a constituição dos dividendos obrigatórios no montante de R\$ 2.520.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício	11.369	(20)
(-) Prejuízo acumulado	(758)	(738)
(-) Reserva legal (5%)	<u>(531)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>10.080</u>	<u>(758)</u>
Dividendos obrigatório	2.520	-

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou constituição de reserva legal no montante de R\$ 531.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 7.560.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2023
Venda de energia	31.120
PIS e Cofins sobre vendas	<u>(1.107)</u>
Total	30.013

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2023
Custos com pessoal	(269)
Energia comprada	(2.703)
Depreciação	(3.295)
Gastos operacionais – geração energia	(831)
Seguros	(348)
Gastos com propriedades	(174)
Gastos com manutenção	<u>(1.970)</u>
Total	<u>(9.590)</u>

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com manutenção	-	(15)
Despesas com pessoal	-	(161)
Taxa de manutenção com órgão regulador	(10)	-
Despesas legais	(18)	(184)
Depreciação	(12)	(96)
Despesas com seguros	(73)	(125)
Tributos e contribuições	(3)	(234)
Compartilhamento de despesa (nota 14)	-	(530)
Serviços - pessoa jurídica (nota 14) (a)	(959)	(10)
Despesas com veículos	-	(1)
Despesas operacionais – geração energia	-	(137)
Total	(1.075)	(1.493)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 918 se refere a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A., conforme citado na nota 14(a). Esses gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção do empreendimento e a entrada em plena operação comercial dos aerogeradores, demandando maiores desembolsos em regime de compartilhamento de despesas.

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações (a)	347	1.511
Outras receitas financeiras	12	-
Subtotal	359	1.511
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(16)	(10)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(5.593)	-
IOF	(774)	-
Juros sobre mútuos	(114)	-
Outras despesas financeiras	(8)	(24)
Juros sobre desmobilização	(40)	-
Juros sobre direito de uso	(1)	(4)
Subtotal	(6.546)	(38)
Total	(6.187)	1.473

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras e juros de empréstimos que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, pois são capitalizados em conta de ativo imobilizado.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	6.464	659
Contas a receber de clientes		
Venda de energia – partes relacionadas (c)	5.403	-
Partes relacionadas - outros créditos		
Transações de condomínios (b)	1.061	659
Passivo	9.935	69
Fornecedores		
Compra de energia – partes relacionadas (c)	1.803	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transações de condomínio (b)	22	69
Contrato de mútuos (d)	5.666	-
Dividendos a pagar	2.444	-
Resultado	15.088	(530)
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	18.883	-
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(2.877)	-
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços - pessoa jurídica (a)	(918)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(530)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contrato com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A. para o ano de 2023.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia entre empresas partes relacionadas – Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
- (d) Durante o ano de 2023 a Companhia captou recursos com partes relacionadas para financiamento parcial das obras no montante de R\$ 5.500, sendo R\$ 1.100 com acionista controlador e R\$ 4.400 com partes relacionadas, com incidência de juros até 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 114.

A CDV Holding S.A é a controladora da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		5.155	5.155	143	143
Aplicações financeiras		8.446	8.446	93.995	93.995
Contas a receber de clientes		9.148	9.148	-	-
Partes relacionadas - outros créditos		1.061	1.061	659	659
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(250.548)	(258.407)	(190.767)	(195.331)
Fornecedores		(1.872)	(1.872)	(228)	(228)
Contratos de mútuos		(5.666)	(5.666)	-	-
Obrigações com arrendamento		-	-	(66)	(66)
Dividendos a pagar		(2.520)	(2.520)	-	-
Outras contas a pagar		(220)	(220)	(221)	(221)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(22)	(22)	(69)	(69)
Total		(237.038)	(244.897)	(96.554)	(101.118)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado..

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 1 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimo e financiamento (BNDES)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado

Descrição	31/12/2023
Imposto de renda – corrente	(1.243)
Contribuição social – corrente	<u>(568)</u>
Total	<u>(1.811)</u>

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2023
Venda de energia	31.120
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	2.490
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	2.559
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(1.243)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	3.734
Outras receitas não operacionais (a)	2.559
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(568)

(a) Trata-se de receitas financeiras. As diferenças de base da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 13(a).

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023
Saldos iniciais	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.811
Impostos pagos sobre o lucro	(490)
Compensações no exercício	<u>(647)</u>
Saldos finais	<u>674</u>

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.